

O subdesenvolvimento e suas razões: a perspectiva de Celso Furtado e Caio Prado Júnior

RESUMO

Desenvolver um modelo de análise que buscasse exprimir a real identidade da sociedade brasileira foi um dos grandes objetivos de Celso Furtado e Caio Prado Júnior. Ambos foram notáveis na tarefa de compreender a dinâmica das economias subdesenvolvidas e traduzi-las para sociedade. Nesse sentido, este artigo tem o objetivo de compreender a lógica do subdesenvolvimento na visão de Celso Furtado e Caio Prado Júnior. Buscaremos encontrar nesses autores quais os condicionantes da formação das sociedades subdesenvolvidas e os obstáculos que as impedem de alcançarem um padrão de desenvolvimento semelhante ao dos países centrais.

Palavras-chave

Celso Furtado; Caio Prado Júnior;
Subdesenvolvimento.

ABSTRACT

One of the great goals of both Celso Furtado and Caio Prado Júnior was to develop an analysis model that might fully express the real identity of Brazilian society. Both were noted for their efforts to understand the dynamics of underdeveloped economies and translate them for society. In this sense, the present article aims to better understand the logic of underdevelopment as seen through the eyes of Celso Furtado and Caio Prado Júnior. It seeks to draw from these two authors the conditions underlying the creation of underdeveloped societies and the barriers that lie in their way in achieving a level of development that is like that of the so-called core nations.

Keywords

*Celso Furtado; Caio Prado Júnior;
Underdevelopment.*

1. Graduada e mestre em Economia pela Universidade Federal do Espírito Santo. Doutoranda em Economia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra.

SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

Raízes do Brasil, 1936

1. Introdução

Celso Furtado e Caio Prado Júnior foram dois grandes teóricos brasileiros que buscaram estudar a temática do subdesenvolvimento e traduzi-la para o conjunto da sociedade em busca de transformá-la. Ao contraporem as teorias de desenvolvimento então hegemônicas, os dois autores lançam interpretações únicas para qualificar a realidade brasileira evitando enquadrá-la dentro de determinados modelos de análise. Portanto, ambos têm o mérito de construir teorias que modificam a forma até então apresentada para se pensar as sociedades ditas subdesenvolvidas.

Partindo da proposta de análise realizada por esses dois economistas, este artigo tem o objetivo de compreender a lógica do subdesenvolvimento por detrás de suas visões. Buscaremos encontrar nesses autores quais seriam os condicionantes da formação das sociedades subdesenvolvidas procurando responder a seguinte questão: Quais os obstáculos que impedem as nações periféricas do capitalismo, no caso o Brasil, de alcançarem o padrão de desenvolvimento observado no centro do sistema capitalista?

Para tanto, nosso artigo está dividido em três partes além desta pequena introdução. Na segunda apresentaremos a interpretação de Celso Furtado no que concerne à dependência tecnológica, razão de ser do subdesenvolvimento para esse autor. Na terceira abordaremos a leitura de Caio Prado Júnior quanto à formação da sociedade

brasileira, especialmente na transição colônia-nação, segundo o qual traduz a dinâmica de nossa sociedade contemporânea. Na última seção apresentaremos nossas considerações finais para nossa proposta de estudo.

2. Celso Furtado: cultura e dominação

Traduzir a dinâmica do subdesenvolvimento foi um dos objetivos incansáveis de Celso Furtado enquanto teórico. Este autor buscava não somente decifrar sua lógica de funcionamento como também encontrar uma solução para sua saída. Ao investigar as causas que impediam os países periféricos alcançarem a dinâmica econômica observada no centro do capitalismo, compreendeu que precisava ultrapassar o campo teórico do economista *stricto sensu* e mergulhar em outras áreas das ciências sociais a fim de dirimir essa dúvida que o perseguia.²

Mas, na medida em que avança, percebe cada vez mais que o desenvolvimento não é outra coisa senão uma miragem que leva à perpetuação da dinâmica dependente, traço marcante do subdesenvolvimento.³ A seu modo de ver, a dominação mundial teria fonte primeira no controle das inovações tecnológicas. E justamente por esse domínio ultrapassar barreiras meramente econômicas, Furtado viu que a solução se concentrava na construção de um projeto de desenvolvimento alternativo daquele disseminado pelos grandes centros hegemônicos.

Em sua abordagem, Furtado parte do conceito centro-periferia, desenvolvido no domínio da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), para distinguir o posicionamento geoeconômico dos países no sistema econômico mundial. A condição de periferia se relacionaria com a dependência para caracterizar um conceito mais abrangente, o subdesenvolvimento. Esses elementos seriam condicionados

2. “Um quarto de século tateando os labirintos das teorias econômicas e esforçando-me para descobrir relações entre ensinamentos que daí se derivam e os problemas práticos de nossa época, convenceu-me sobejamente da insuficiência no quadro conceitual com que trabalhamos nessa ciência [...]” (FURTADO, 1977, p.9).

3. “[...] Temos assim a prova cabal de que o desenvolvimento econômico – a ideia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos – é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do capitalismo [...]” (FURTADO, 1974, p. 89).

pela geração, difusão e assimilação do progresso técnico, fator determinante na competição econômica do sistema capitalista. O corte se daria, de um lado, por um centro, produtor de bens industrializados e grande dinamismo da demanda, e de outro, por uma periferia fornecedora de matérias-primas e alimentos.

Seguindo seu raciocínio, a inserção das economias periféricas, em especial da América Latina, na lógica do capitalismo industrial, sempre fora marcada por grande dominação e expropriação de seu excedente em direção aos grandes centros industriais que se formavam. Desde a relação colônia-metrópole, ou quando se constituíram como Estados nacionais e até como economias totalmente integradas na lógica financeira mundial, esses países possuíam sua dinâmica determinada por uma adaptação aos padrões estruturais necessários para fomentar o processo de acumulação dos países centro.

Portanto, ao analisar a formação histórica das estruturas subdesenvolvidas, Furtado vê que elas não podem ser pensadas de forma autônoma, separadas do sistema capitalista mundial. Viu que a relação centro-periferia constitui-se numa dinâmica que se retroalimenta e que o subdesenvolvimento, longe de uma etapa em direção ao desenvolvimento, não é outra coisa senão resultado da expansão das economias capitalistas, que encontravam nessas nações ricos viveiros de mão de obra e recursos naturais.⁴ A constituição do modelo agrário-exportador por parte das economias pré-capitalistas, ao contrário do que se defendiam, foi, segundo a ótica de Furtado, resultado de um sistema de poder que se impunha: o poder que alguns países obtinham de extrair o excedente de outros e conduzir plenamente a formação de sociedades industriais, centro do capitalismo mundial. A própria industrialização na periferia, através da substituição de importações, fora marcada por ampla dependência tecnológica através da assimilação de produtos e processos advindos do exterior. Ou seja, ela rompe com o modelo agrário exportador, mas não consegue superar a dependência, que é severamente conduzida pela ausência de domínio tecnológico. Dentro dessa compreensão, Furtado busca respostas do motivo pelo qual os países subdesenvolvidos não optam por dominar um padrão de desenvolvimento tecnológico e reverter de vez com sua lógica dependente.

4. "O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento" (FURTADO, 1983, p.142).

Primeiro ele busca traçar o que se pode definir por tecnologia e como esta se insere na lógica da acumulação capitalista. Ele ressalta que a acumulação é o vetor do desenvolvimento das forças produtivas através do progresso técnico.⁵ Isto é, a transformação estrutural das sociedades só pode ser alcançada com desenvolvimento tecnológico, ou melhor, com o avanço das técnicas de produção. Mas em que se constitui a tecnologia? Para o autor, esta é fruto da capacidade criativa e inventiva do ser humano. No entanto, nas sociedades capitalistas industriais, a criação humana estaria subordinada ao avanço das técnicas instrumentais para alimentar o processo de acumulação.⁶ Assim, as próprias técnicas e a direção que se trilha em prol da acumulação refletiriam, por um lado, a capacidade criativa de certa sociedade e, por outro, a estrutura de seu sistema de poder que se expressa em determinada estratificação social. Por isso, falar em domínio das técnicas na sociedade capitalista requer entender quais grupos exercem o domínio sobre a produção e apropriação do excedente dentro de cada estrutura social.

Portanto, sendo a acumulação resultado da formação do excedente gerado por cada sociedade, e sendo ela ocasionada pelo desenvolvimento das técnicas, somente dentro de um sistema de poder podemos compreender como a criatividade humana é canalizada nas economias capitalistas. Ou seja, é percebendo a emprego de qual grupo a criatividade é posta a serviço que poderemos apreender como se forma o processo de geração tecnológica em determinada sociedade. Furtado (1980, p. 45) explica:

Mas não se deve imaginar que a atividade criadora no plano dos valores é simples fruto do acaso. Para entender o processo de inovação em uma cultura necessitamos inserir os agentes da criatividade nas estruturas sociais. Como compreender os monumentos, as obras de prestígio, as indumentárias decorativas que absorveram grande parte da atividade criativa em tantas culturas sem ter em conta a necessidade de legitimação dos sistemas de poder?

A estruturação de cada sociedade, seguindo essa lógica, desencadearia na formação de um sistema cultural, reflexo das relações estabelecidas entre os indivíduos e os

5. "A acumulação é apenas o vetor que permite, mediante inovação, introduzir as modificações no sistema de produção e nas estruturas sociais que chamamos de desenvolvimento [...]" (FURTADO, 1978, p. 48).

6. "[...] A história da civilização industrial pode ser lida como uma crônica do avanço da técnica, ou seja, da progressiva subordinação de todas as formas de atividade criadora à racionalidade instrumental" (FURTADO, 1978, p. 83).

valores nela difundidos. Esse sistema cultural seria algo abrangente que envolve tanto as relações objetivas dos indivíduos quanto seus valores ideológicos, variando de uma sociedade para outra. Portanto, para Furtado, na análise do subdesenvolvimento é indispensável conhecer quais classes dominam os canais de disseminação cultural, pois este seria o reflexo do poder exercido pelos grupos hegemônicos que dominam a produção do excedente e controlam o processo de difusão tecnológica.⁷ O dinamismo das sociedades capitalistas industriais se assentaria, portanto, no fato de que “[...] a reprodução da estrutura de privilégios que lhe é inerente apoia-se na inovação técnica [...]” (FURTADO, 1980, p. 11). O progresso tecnológico seria o grande vetor de transformação social operando não só sob a base material como também na cultura erigida nessas sociedades. Ressalta:

A substituição do cavalo pelo automóvel não é apenas uma evolução do sistema de transporte: é a transformação de um estilo de vida. Falar de difusão ou transmissão de tecnologia é, portanto, um eufemismo, pois o que se está difundindo nesse caso é uma forma de viver, o que implica a desarticulação do sistema de valores preexistente na sociedade receptora das novas técnicas (FURTADO, 1980 p. 46).

A atividade de criação humana que resulta em um processo de inovação não seria simples fruto do acaso, mas a expressão de um padrão de cultura existente em uma sociedade. Nesse sentido, para entender a forma como as grandes economias capitalistas centrais dominam o desenvolvimento das técnicas das economias periféricas, requer compreender como as mesmas dominam seus sistemas de cultura.

Podemos dizer, assim, que as economias subdesenvolvidas não dominam um processo de desenvolvimento tecnológico autóctone, segundo Furtado, porque sua cultura é inundada pelos padrões culturais do centro, o que as impede de obter de sua própria cultura um padrão tecnológico com efeito transbordador. Ou seja, além de sua dinâmica ser construída visando uma transferência maciça de excedente em direção ao centro, este também lhes impõe a assimilação de uma trajetória de desenvolvimento alheia à sua estrutura social, gerando grande concentração de renda e baixo dinamismo. Com efeito,

7. “[...] Portanto, a composição do excedente é em grande parte um reflexo do sistema de dominação social, o que significa que sem um conhecimento da estrutura de poder não podemos avançar no estudo do desenvolvimento das forças produtivas” (FURTADO, 1977, p. 29).

a tecnologia desenvolvida nos grandes centros capitalistas carrega consigo o resultado de um processo particular, onde influem elementos tanto objetivos como não objetivos, e somente naquela estrutura ela pode gerar resultados eficientes em termos sociais. Os bens produzidos nessas economias possuem em sua composição valores culturais herdados das classes que comandam e dominam o padrão de desenvolvimento, e, portanto, representam o projeto de vida de uma coletividade, das decisões tomadas pelos grupos que lá participam de uma ou de outra forma do sistema de dominação social.

Assim, ao internalizar o progresso técnico forâneo as economias periféricas experimentam grandes mudanças nas formas de produção e estratificação de sua sociedade, mas, sobretudo, sofrem transformações que incidem sobre seu sistema de cultura. Com isso, somada a subordinação econômica característica das economias subdesenvolvidas, acrescenta-se a imposição de um padrão cultural alheio que reforça sua dependência e as impede de dominar um processo próprio criador de inovação. Ressalta Furtado (1983, p. 183):

O controle do progresso tecnológico e a possibilidade de impor padrões de consumo, da parte de certas economias, passa a condicionar a estruturação do aparelho produtivo de outras, as quais se tornam “dependentes”. Essa estruturação se processa de forma a permitir que uma minoria dentro do sistema dependente esteja em condições de reproduzir os padrões de vida de prestígio criados nos subsistemas dominantes. Assim, na economia dependente existirá, sob a forma de um “enclave” social, um grupo culturalmente integrado nos subsistemas dominantes. O dualismo tem, portanto, desde o início uma dimensão cultural, a qual se traduz, em termos econômicos, numa descontinuidade na “superfície” da procura. É a industrialização “substitutiva de importações”, conforme vimos, que transfere essa descontinuidade para a estrutura do aparelho produtivo.

A coexistência de duas formas de produção, uma capitalista e outra não, leva ao rompimento de um sistema de cultura nacional na periferia, pois uma vez assimilado o desenvolvimento das técnicas de produção externas, a capacidade criativa interna é minada, logo, não se forma um sistema de cultura completo nessas sociedades, aprofundando com isso seu caráter subdesenvolvido.

A partir dessa perspectiva, Furtado explica que as economias periféricas não puderam construir plenamente uma civilização industrial, acessando-as somente de for-

ma indireta, constituindo-se apenas como um apêndice delas. A estrutura industrial erigida nas economias periféricas, baseada no sistema de substituição de importações, teria entregado a dinâmica industrial a grupos estrangeiros, recriando internamente a lógica produtiva do centro. Desse modo, a relação entre cultura, criatividade e tecnologia é desvinculada desde seu nascedouro, cabendo a um grupo de elite mimetizar e se apropriar de valores importados.

Com o advento das transnacionais, a partir da segunda metade do século XX,⁸ reforça-se ainda mais a constituição de uma estrutura econômica divorciada de sua própria cultura. Principalmente por reduzir nos Estados nacionais seu poder de decisão e subjugar as atividades econômicas ao controle capital estrangeiro, permite a imposição e uniformização de padrões de consumo e comportamento que lhes são alheios. As economias periféricas assumem uma forma de viver engendrada pela industrialização dos países dominantes que monopolizam a criatividade e inventividade para seu próprio benefício. Logo, sua atividade industrial fica fatalmente subordinada ao movimento do capital estrangeiro e, com isso, não alcançam uma via de desenvolvimento em razão de um projeto de afirmação nacional. Desse modo, a periferia não consegue construir um projeto de desenvolvimento que engendre uma civilização industrial.

Nesse sentido, cabe ressaltar que as transformações estruturais alcançadas pelas economias periféricas, além de sempre conduzidas por ampla subordinação econômica aos países do centro, atinge também uma subordinação na esfera cultural. Com efeito, as relações de dominação são aprofundadas e prolongadas, tornando muito mais distante a consolidação de uma identidade nacional que viabilize um projeto autônomo de desenvolvimento com vistas a superar sua dependência tecnológica.

Portanto, resgatar a criatividade e a identidade nacional seria o elemento central na luta da construção de um modelo de desenvolvimento nacional. Como a tecnologia constitui a expressão final da criatividade humana, sua libertação estaria, desse modo, no centro dessa questão como Furtado (1978, p. 116) aponta:

8. “[...] a penetração das empresas transnacionais no setor industrial das economias periféricas acelerou-se a partir dos anos 1950. O instrumento essencial de penetração foi o controle da tecnologia, concebida em seu sentido amplo: pesquisa e desenvolvimento, *engineering*, produção de equipamentos, montagem e operação de usinas [...]” (FURTADO, 1980, p.135).

Dos recursos de poder referidos, o primeiro – o controle da tecnologia – constitui atualmente a trava mestra da estrutura de poder internacional. Reduzida a suas últimas consequências, a luta contra a dependência vem a ser um esforço para anular os efeitos do monopólio desse recurso detido pelos países centrais. É que a tecnologia possui a virtualidade de, por uma ou outra forma, substituir-se a todos os demais recursos de poder. Não é demais lembrar que a tecnologia constitui na civilização industrial a expressão final da criatividade humana.

3. Caio Prado Júnior: colonização e dependência

A história do pensamento de Caio Prado Júnior foi marcada por sua independência política – como militante de esquerda e membro do Partido Comunista Brasileiro – e grande criatividade teórica, considerado um dos primeiros intelectuais a utilizar o materialismo histórico de Marx para apreensão da formação econômico-social do Brasil.⁹ Com sua postura não dogmática e crítica ao que até então se considerava o pensamento de esquerda brasileira (baseado na transposição dos esquemas de análise soviéticos para o Brasil), Caio Prado Júnior vê a necessidade de construção de um arcabouço teórico condizente com a realidade dos países que se encontravam em situação semelhante ao Brasil, isto é, aqueles cujo passado colonial remontasse a uma estrutura socioeconômica dependente e subordinada na lógica capitalista mundial. Nesse ponto, sua percepção dialética proporciona um modo de análise extremamente coerente em que relaciona as características do todo (orgânicas) com suas especificidades (inorgânicas), criando ao mesmo tempo uma percepção basilar para as sociedades colonizadas como Brasil, e específicas, ressaltando as diferenças particulares de cada uma delas.

Sua principal perseguição enquanto teórico foi, nesse sentido, empreender uma análise da formação da sociedade brasileira, voltando-se principalmente para os condicionantes do processo de transição entre seu passado colonial e o que então se poderia chamar de nação. Preocupava-se com a necessidade de elaborar uma forma

9. Ver Coutinho, 2000.

de interpretação que refletisse a real identidade do Brasil, demonstrando a forte dependência de seu passado colonial, em contraposição às teses que privilegiavam a história de um Brasil ideal que buscava “[...] enquadrar a realidade, a história, em pré-conceitos, em modelos abstratos, para fazer a crítica da história real” (OLIVEIRA, 2001, p. 318).

É dentro dessas percepções que o autor vai explicar o que entende por subdesenvolvimento. Segundo ele, trata-se de uma formação social específica na qual as relações de produção existentes impossibilitam a existência de um desenvolvimento autônomo com base própria, nacional.¹⁰ No caso de economias como o Brasil e demais países da América Latina, que denomina de “economias coloniais em transição”, o subdesenvolvimento estaria associado à posição complementar e periférica que esses países ocupam no sistema capitalista mundial somada à incapacidade dessas nações romperem com suas relações de dependência que remontam fortemente seu passado colonial e integrarem, desse modo, o conjunto de sua população no mercado de trabalho em relativas condições de igualdade. Discorre Prado Júnior (1987, p.86):

Nesse complexo processo evolutivo de transição de colônia para nação destacam-se sobretudo, na atual etapa, dois aspectos essenciais que, de certo modo, se situam no centro do processo, e que, intimamente interligados, podem ser considerados à parte para os fins de nossa análise [...] de um lado, o caráter originário da economia brasileira, estruturada na base da produção para o atendimento de necessidades estranhas ao país e voltado assim essencialmente para o fornecimento de mercados exteriores; e de outro lado o tipo de relações de produção e trabalho vigentes na agropecuária brasileira, bem como as condições materiais e morais da população trabalhadora daí derivadas, e que conservam ainda muito acentuadamente alguns dos traços nelas impressos pela tradição escravista herdada no passado colonial.

Essas condições impedem no país a constituição de um mercado interno forte capaz de alavancar seu processo de desenvolvimento de modo que perpetue sua condição subalterna e colonial. Por isso, o autor considera importante realizar tal distinção

10. “[...] A economia dos países subdesenvolvidos, no que se relaciona com o sistema internacional do capitalismo e que forma o essencial dela, não se estrutura em bases próprias, nacionais, e sim em função de objetivos estranhos que são o dos países dominantes do sistema” (PRADO JÚNIOR, 1966, p.192).

entre o subdesenvolvimento e “economias coloniais em transição”, pois, segundo ele, a designação genérica ao subdesenvolvimento (realizada pela teoria ortodoxa vigente), associada simplesmente a países de renda nacional baixa, inclui países essencialmente distintos e que não podem, nem devem, serem tratados em conjunto.¹¹

A originalidade na contribuição de Caio Prado Júnior é, portanto, justamente mostrar que a posição subordinada do Brasil contemporâneo frente ao sistema capitalista mundial é decorrente da forma como se deu seu processo de colonização. Forma essa que difere das colônias que se estabeleceram nas regiões de zona temperada, como os Estados Unidos. Caio Prado Júnior se vale da interpretação, até então não explorada no Brasil, de Leroy-Beaulieu no trabalho *De La Colonisation chez les peuples modernes*, de 1874, no qual faz uma distinção entre colônias de exploração e de povoamento. Enquanto as primeiras, referente aos casos ocorridos nas zonas temperadas, se constituíram em razões, sobretudo, de ordem econômica, políticas e religiosas (tal como cercamento dos campos na Inglaterra e perseguição aos puritanos), as segundas, ocorridas nas regiões tropicais e subtropicais, foram fruto de um empreendimento comercial europeu. Assim, enquanto nas colônias de povoamento o objetivo era constituir uma civilização mimetizando suas sociedades de origem (percebida pela própria caracterização que foi dada ao lugar denominando-o, por exemplo, de “Nova Inglaterra”), visando “[...] construir um novo mundo, uma sociedade que lhes ofereça garantias que no continente de origem já não lhes são mais dadas [...]”, a colonização nos trópicos é organizada como uma “vasta empresa colonial” cujo objetivo primordial é fornecer produtos primários para o exterior. Prado Júnior (2015, p.24) explica que a história da área tropical é, portanto, muito diversa. Em primeiro lugar, ele destaca as condições naturais, severamente distintas do habitat de origem dos povos colonizadores, repelem o colono que vem como simples povoador, da categoria daquele que procura a zona temperada. Outro ponto refere-se à forma como se dará a exploração agrária, constituída em produção de larga escala, grandes propriedades e elevado número de trabalhadores, recrutados de raças indígenas do continente ou negros

11. “[...] Em suma, a teoria corrente do desenvolvimento considera apenas o aspecto quantitativo desse desenvolvimento (a quantidade de progresso econômico), sem dar maior atenção às diferenças qualitativas do desenvolvimento, a saber, o tipo ou categoria de situação ou de evolução econômica em que se enquadra cada país ou grupo de países [...]. Essa maneira simplista de considerar a evolução econômica em termos unicamente de progresso econômico, de que a renda nacional constituiria o índice mais expressivo, é essencialmente falha e insuficiente [...]” (PRADO JÚNIOR, 1966, p. 191).

africanos importados e dirigidos pelo colono branco. Essa colonização, segundo Prado Júnior (2015, p. 28):

[...] conservará um acentuado caráter mercantil; será a empresa do colono branco, que reúne à natureza pródiga em recursos aproveitáveis para a produção de gêneros de grande valor comercial, o trabalho recrutado entre raças inferiores que domina: indígenas ou negros africanos importados [...]. No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização nos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É esse o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da evolução e formação históricas dos trópicos americanos.

Para Caio Prado Júnior, é nessa estruturação econômica e social, voltada sobretudo para produção e exportação de gêneros alimentícios e minerais de alto valor no mercado internacional, que se origina a extrema concentração de riqueza que caracteriza a economia colonial e vem marcar a nossa sociedade hoje. Uma organização econômica que reúne grandes contingentes de trabalhadores em torno da grande unidade produtora, tanto na agricultura quanto na mineração, e composta, maiormente por mão de obra escrava, não visa à constituição de um mercado interno próprio capaz de impulsionar algum dinamismo econômico que não seja somente aquele que visa garantir a funcionalidade desse próprio modelo.

Sendo assim, a produção na colônia é marcada igualmente pelo baixo nível de desenvolvimento tecnológico, configurando um padrão de exploração extensivo em mão de obra e instável no tempo e no espaço dos recursos naturais do país. Nesse ponto, Prado Júnior (2015, p. 75) adverte que “[...] a colonização não se orienta no sentido de constituir uma base econômica sólida e orgânica, isto é, a exploração racional e coerente dos recursos do território para a satisfação das necessidades materiais da população que nele habita [...]”, mas movimenta-se entre litoral e interior em virtude da animosidade de cada ciclo econômico (açúcar, borracha, ouro, café, pecuária etc.) com vistas a um mercado exterior e longínquo. Daí sua instabilidade seria reflexo da mobilidade da população, muito superior a de outros países novos.

Assim, o período colonial é retratado por Prado Júnior pela falta de dinamismo e autonomia e subordinação aos objetivos da metrópole, quais sejam a produção e exportação de gêneros tropicais, condicionados ao sabor da conjuntura internacional. Daí advém a explicação do autor que, mesmo depois de abolido o regime colonial com a Independência, mantém-se na estrutura a natureza subordinada: “[...] uma feitoria da Europa, um simples fornecedor de produtos tropicais para seu comércio [...]” (PRADO JÚNIOR, 2015, p. 132).

A estrutura socioeconômica instável composta por grandes segmentos excluídos e enorme desigualdade social mina, segundo a visão de Caio Prado Júnior, o projeto de formação de uma nação genuína, que integre um projeto nacional em função de suas necessidades e aspirações. Portanto, seu processo débil de produção e mercantilização, destinados unicamente ao atendimento dos interesses da Coroa Portuguesa em sua colonização, irão impedir a consolidação no Brasil de um mercado interno capaz de se afirmar como propulsor do movimento de valorização do capital. Ou seja, a independência política não será capaz de romper com os laços de dependência do país de modo a superar sua posição subalterna na economia mundial.

Portanto, ao analisar as teorias de desenvolvimento econômico convencionais, Caio Prado Júnior adverte que as mesmas, ao se basearem nos modelos dos países centrais, supõem que as nações dependentes estariam destinadas a essa mesma trajetória, ignorando os obstáculos inerentes a suas estruturas internas e externas herdadas da fase colonial. Não conseguem por isso explicar as dificuldades das economias periféricas em propulsionar a expansão de suas forças produtivas.¹² Daí a importância que o autor atribui à análise histórica nas “economias coloniais em transição”.

Por isso, o subdesenvolvimento seria caracterizado pelo conjunto de circunstâncias históricas que impedem que o processo de acumulação de capital nesse tipo de economia seja orientado para a decisão nacional. Nas “economias coloniais em transição” esse fator é explicado pelo tipo de formação social que se estabelece à mercê dos ritmos impostos pela reprodução do capital internacional. Diz:

12. “Em suma, o processo de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, no que diz respeito a fatores essenciais que são a acumulação capitalista e a inversão, é condicionado por circunstâncias peculiares que as teorias econômicas correntes e consagradas – isto é, as elaboradas em função da experiência dos grandes países capitalistas – não consideram e que precisam ser levados em conta” (PRADO JÚNIOR, 1966, p.219).

No sistema internacional do capitalismo de nossos dias, os países chamados subdesenvolvidos, ou antes uma parte deles, que nisso se assemelham ao Brasil, ocupam posição periférica e complementar, isto é, uma situação subordinada e dependente que se caracteriza sobretudo e em primeiro lugar pela atribuição econômica subsidiária que lhes cabe de fornecerem produtos primários – matérias-primas e gêneros alimentares – aos países do centro do sistema (PRADO JÚNIOR, 1966, p. 192).

A extrema vulnerabilidade econômica será um traço marcante das economias dependentes, segundo sua ótica, pois dependerá quase exclusivamente do interesse de consumo ditado pelo mercado internacional, ficando sua produção subjugada aos ciclos econômicos externos. Ou seja, falhando essas possibilidades, o interesse por seu produto ou a estabilidade do capital estrangeiro, colapsa a sua economia. Por isso, nos países capitalistas dependentes o desenvolvimento é descontínuo e instável.

Assim, se num primeiro momento enquanto colônia, e depois já como um Estado nacional independente, o Brasil se caracteriza por uma economia exportadora de produtos primários, com a desarticulação da antiga divisão internacional do trabalho, organizada em torno da economia inglesa, abre-se espaço para o processo de industrialização nas economias periféricas voltado para a “substituição de importações”. O estrangulamento cambial, ao romper a capacidade para importar, proporciona investimentos industriais voltados para atender à demanda interna que era atendida pelo mercado estrangeiro.

No entanto, Caio Prado Júnior ressalta que o modelo de substituição de importações, mesmo representando um impulso à dinamização de um mercado interno e diversificação do parque nacional, fica subordinado à lógica de modernização do consumo das elites nacionais. Quer dizer, a industrialização visa mimetizar os artefatos forâneos que eram consumidos pela elite via importação e destina-se, por isso, a uma necessidade limitada, de modo que se torna praticamente estéril. Ao mesmo tempo se mantém o desequilíbrio estrutural, pois a economia de divisas que se faz com a produção interna dos artigos anteriormente importados se anula com a necessidade de importação das máquinas e insumos necessários que o processo de industrialização ainda não fora capaz de internalizar.

Soma-se isso à inserção e à dominação dos trustes internacionais no processo de industrialização da periferia que se dá após a Segunda Guerra Mundial. Caio Prado

Júnior enfatiza que a transferência de unidades produtivas para a periferia, longe de maior autonomia ao mercado representa um reforço ao sistema colonial, responsável primeiro por nossas deficiências e bloqueador de um modo de desenvolvimento nacional. Nas suas palavras (1987, p. 88), “[...] são os trustes que fixarão as normas, o ritmo e os limites do desenvolvimento [...] incapacitando por isso a promoção de um desenvolvimento por suas próprias forças”.

Temos assim que, embora a economia brasileira tenha experimentado vultosas transformações em âmbito econômico e social, ela ainda guarda a essência de seu passado colonial, o qual subjugava sua dinâmica ao esteio do capitalismo organizado nas regiões centrais. Diz Caio Prado Júnior (1987, p. 91):

Em conclusão, apesar das grandes transformações por que passou a economia brasileira, e que vem acentuando nestes últimos decênios, ela não logrou superar algumas de suas principais debilidades originárias, e libertar-se de sua dependência e subordinação no que respeita ao sistema econômico e financeiro internacional de que participa e em que figura em posição periférica e marginal. Numa palavra, não conseguiu integrar-se nacionalmente.

Qual seria o caminho rumo à construção de um modelo de desenvolvimento que supere nossas contradições, segundo Caio Prado Júnior? Para ele, isso se daria com o rompimento das relações dependentes que remetem ao nosso passado colonial. Isto é, o Brasil ainda precisa se constituir enquanto nação, com um projeto de desenvolvimento voltado para as ambições e aspirações de seu povo. Só assim, com a libertação de nossas contingências coloniais, poderíamos existir enquanto nação e, portanto, nos desenvolvermos integralmente.

4. Considerações finais

Celso Furtado e Caio Prado Júnior foram dois teóricos contemporâneos que vislumbravam a possibilidade de um Brasil transformado, desenvolvido e mais igualitário em termos sociais. Ambos não só se debruçaram longamente sobre matrizes de origem teórica, buscando encontrar soluções para a realidade brasileira, como

atuaram igualmente no campo político visando o mesmo objetivo: o desenvolvimento do Brasil.

É interessante notar que, embora advenham de arcabouços teóricos distintos – Celso Furtado da corrente cepalina/estruturalista e Caio Prado Júnior marxista –, os dois autores possuem relativa compatibilidade em suas leituras sobre a inserção brasileira no mercado mundial e a necessidade da construção de uma teoria com poder explicativo para essa realidade. Isso esclarece por que foram ambos fortes contestadores das teses hegemônicas que indicavam que o modelo de desenvolvimento assumido pelos países centrais, como parte de um caminho evolutivo, seria necessariamente alcançado pelas economias subdesenvolvidas.

Furtado e Prado Júnior viram não somente que esse pensamento era equivocado como reforçava a situação subordinada em que o Brasil se encontrava. Se o subdesenvolvimento era percebido por possuir uma lógica autônoma, na visão de Furtado, a mesma remetia à herança funesta de seu passado colonial, para Caio Prado Júnior. A partir desse reconhecimento, os autores vêm apontar as dificuldades encontradas pelas economias dependentes em compatibilizar a incorporação de um progresso econômico capaz de integrar o conjunto da população em uma forma de desenvolvimento igualitária.

Vimos que, por diferentes ângulos, os obstáculos que bloqueiam o desenvolvimento nas economias dependentes relacionam-se à falta de autonomia da economia nacional e à ausência de um mercado interno capaz de animar o processo de desenvolvimento. Mais que isso, vimos em Furtado que, nas formações subdesenvolvidas, em virtude de sua severa dependência tecnológica, as mudanças de base econômica estariam sendo guiadas pela ideologia do centro hegemônico do capitalismo de modo a constituir uma subordinação cultural. O mimetismo dos processos de produção do centro viria, em conjunto com o mimetismo cultural, ampliando com isso a profundidade e o alargamento da dependência.

De acordo com o pensamento de Caio Prado Júnior, podemos argumentar que o modelo de industrialização seguido pelo Brasil e outros países da América Latina reacenderam as contradições vivas de seu passado colonial que persistem incrustadas na sociedade, bloqueando a concretização de um projeto de desenvolvimento sob bases nacionais.

Portanto, ao procurar mimetizar o modelo de desenvolvimento seguido pelas economias centrais, o Brasil estaria cada vez mais preso à sua lógica dependente, para Fur-

tado, e mais distante ainda estaria, na visão de Prado Júnior, de se constituir o almejado projeto de formação de nação que até hoje não logramos ter alcançado. Em virtude disso, se nossa cultura reflete os padrões de desenvolvimento das economias centrais, tornando cada vez mais distante o rompimento de nossa relação dependente, isso se daria porque ainda hoje não nos livramos dos laços de nosso passado colonial.

Referências

- COUTINHO, Carlos Nelson. “A imagem do Brasil” na obra de Caio Prado Júnior. In: *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. 2. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____. *Pequena introdução ao desenvolvimento econômico: enfoque interdisciplinar*. São Paulo: Nacional, 1980.
- _____. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. *Prefácio à nova economia política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- _____. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. [1936] *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.
- OLIVEIRA, Francisco de. Celso Furtado. Formação econômica do Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. vol. 1. 3.ed. São Paulo: Senac, 2001.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- _____. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. *Esboço dos fundamentos da teoria econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

Recebido em 15-08-2018 e aprovado em 19-09-2018.

